



Ministério da Educação - MEC

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Diretoria de Educação Aberta e a Distância - DEAAD

Programa Nacional de Administração Pública - PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

Inês Helena Alves Maia

**GESTÃO TRANSPARENTE E DE QUALIDADE NO SETOR
PÚBLICO: UMA ANÁLISE NA CÂMARA MUNICIPAL DE
MORADA NOVA/CEARÁ.**

Limoeiro do Norte – Ceará

2016



Ministério da Educação - MEC

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Diretoria de Educação Aberta e a Distância - DEAAD

Programa Nacional de Administração Pública - PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

**GESTÃO TRANSPARENTE E DE QUALIDADE NO SETOR
PÚBLICO: UMA ANÁLISE NA CÂMARA MUNICIPAL DE
MORADA NOVA/CEARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração Pública como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Aluno: Inês Helena Alves Maia

Orientador: Maria Denise Nunes
Rodrigues

Limoeiro do Norte – Ceará

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

M187g Maia, Inês Helena Alves.

Gestão transparente e de qualidade no setor público: uma análise na Câmara Municipal de Morada Nova/Ceará. / Inês Helena Alves Maia. – Limoeiro do Norte, 2016.

52 f.; 30 cm.

Projeto de pesquisa apresentada ao Curso de Administração Pública da Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Maria Denise Nunes Rodrigues.

Inclui referências.

1. Gestão pública. I. Título.

CDD 354

FOLHA DE APROVAÇÃO

GESTÃO TRANSPARENTE E DE QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE NA CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA/CEARÁ.

Inês Helena Alves Maia

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à aprovação da banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Prof. Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Data da Defesa: _____

Nota da Defesa: _____

Limoeiro do Norte

2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior Mestre que alguém pode conhecer.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram à janela que hoje vislumbro, um horizonte superior, maculado pela aperfeiçoada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a minha mãe Helena, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Ao meu esposo Francisco e minha filha Fernanda, minhas razões para prosseguir.

Meus agradecimentos aos amigos Rosa, Rogério, e Dulcy, pelas muitas orientações, aos companheiros de trabalho e colegas de faculdade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

ALVES MAIA, Inês Helena. **GESTÃO TRANSPARENTE E DE QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE NA CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA/CEARÁ**. 31 p. 2016. Monografia (Graduação) – Pólo de EaD de Limoeiro do Norte, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Limoeiro do Norte, 2016.

RESUMO

O presente trabalho foi realizado em uma câmara de vereadores, estudando a seguinte questão norteadora: quais os desafios enfrentados por um gestor, face às relações políticas, organizacionais e sociais para se administrar com qualidade e transparência a coisa pública? O quesito transparência foi analisado com atenção, levando em conta que a limpidez da gestão fiscal é requisito principal para que todos os cidadãos fiquem informados das ações do governo e exerçam efetivamente sua função de controle social. A citada pesquisa teve como objetivo “Compreender os desafios e enfrentamentos encontrados pelo gestor público, para gerir os recursos com qualidade, na câmara municipal de Morada Nova”. A natureza da pesquisa é denominada exploratória com a utilização de dados secundários e entrevistas não estruturadas. Apresentou abordagem qualitativa e houve um estudo de caso: Gestão da Câmara Municipal de Morada Nova no biênio 2013 e 2014. Analisando a citada gestão legislativa, pode-se afirmar que foi possível identificar que o dirigente buscou cumprir seu papel de administrar, colocando ordem, motivando e implementando projetos arrojados na instituição. Demonstrou que sabe qual é a missão da instituição que presidiu e sua função. Por outro lado, a pesquisa também concluiu que a exposição das informações geradas pela Contabilidade Pública do órgão não está apropriada às exigências legais, comprometendo assim a transparência da gestão municipal.

Palavras Chaves: Câmara Municipal. Administração Pública. Transparência. Vereadores.

ALVES MAIA, Inês Helena. TRANSPARENT AND QUALITY MANAGEMENT IN THE PUBLIC SECTOR: AN ANALYSIS IN THE MUNICIPAL CHAMBER OF NEW HOUSING IN CEARÁ. 31 p. 2016. Monograph (Graduation) - EoD Pole of Limoeiro do Norte, University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony, Limoeiro do Norte, 2016.

ABSTRACT

The present work was carried out in a city council, studying the following guiding question: what are the challenges faced by a manager in the face of political, organizational and social relations in order to administer the public thing with quality and transparency? The issue of transparency was carefully analyzed, bearing in mind that the clarity of fiscal management is a key requirement for all citizens to be informed of government actions and effectively exercise their social control function. This research aimed to "Understand the challenges and confrontations encountered by the public manager, to manage resources with quality, in the city hall of Morada Nova". The nature of the research is called exploratory with the use of secondary data and unstructured interviews. It presented a qualitative approach and there was a case study: Management of Morada Nova City Hall in the 2013 and 2014 biennium. Analyzing the aforementioned legislative management, it can be stated that it was possible to identify that the leader sought to fulfill his role of administering, Motivating and implementing bold projects in the institution. He has shown that he knows the mission of the institution he presided over and his role. On the other hand, the research also concluded that the exposure of the information generated by the Public Accounting of the organ is not appropriate to the legal requirements, thus compromising the transparency of municipal management.

Keywords: City Hall. Public administration. Transparency. Councilors.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 OBJETIVOS.....	10
2.1 OBJETIVO GERAL.....	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3 REFERENCIAIS.....	11
3.1 LIDERANÇA NO SETOR PÚBLICO.....	11
3.2 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	11
3.3 EXCELENCIA NA GESTÃO	15
3.4 LEGISLAÇÃO PERTINENTE A TRANSPARENCIA	19
3.4.1 Lei 12.527 de 2011 (Lei de Acesso a Informação)	19
3.4.2 Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.....	20
4 METODOLOGIA	24
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	24
4.2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO	24
4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	28
4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA.....	28
4.5 PROCESSO DE COLETA.....	28
5 RESULTADOS E DISCUSSOES	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7 REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que conhecer o ambiente interno e externo é fundamental para compreender as relações entre os atores de uma comunidade. Sabe-se que as entidades sociais, políticas e organizacionais viabilizam a construção da realidade social com toda a sua complexidade. Nessa perspectiva, a compreensão dessa realidade conjunta permite que os atores sejam sujeitos e nela possam intervir.

Sendo que, os alunos do Curso de Administração Pública, na modalidade à distância, passam a serem sujeitos da realidade e necessitam conhecê-la para nela intervir sendo possível realizar já a partir do estudo das disciplinas do curso uma ligação da teoria com a prática.

O administrador elabora, coordena e avalia políticas que têm como objetivo atender a demandas coletivas, como o combate à exclusão social, a promoção de acesso a cursos profissionalizantes, entre outros temas. Ao elaborar uma política pública, ele estabelece seus objetivos e suas diretrizes, analisa a viabilidade das linhas de financiamento com recursos públicos e privados, acompanha licitações e controla o orçamento.

A transparência pública como princípio de governança torna-se eficiente no combate à corrupção, na medida em que tende a inibir os gestores públicos de empreenderem atos danosos ao patrimônio público. Para o Estado, é imperativo a disponibilização de informações da administração pública na internet, permitindo, assim, o acesso pelos cidadãos para que possam seguir a aplicação dos recursos.

A pesquisa foi feita em uma câmara de vereadores, estudando “Os desafios enfrentados pelo gestor público face às relações políticas, organizacionais e sociais a exemplo da Câmara Municipal de Morada Nova – Ceará” e também se a tão consagrada e comentada transparência da gestão pública com a ampliação dos mecanismos de controle social introduzidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido praticada.

O sistema burocrático deixou suas marcas e influências na administração pública brasileira. A burocracia, em uma organização, é instituída seguindo o princípio da hierarquia. As relações hierárquicas entre superiores e subordinados

são preenchidas por cargos de direção e chefia e cargos subalternos visivelmente definidos. Há a exigência de exames, concursos e diplomas como ferramentas de base à admissão e promoção. A suplantação deste modelo transformou-se num desafio. Com certeza, o colapso da estrutura social-burocrática da administração pública instrui uma importante lição aos novos caminhos de gestão. Importa ressaltar que essa estrutura, essencialmente, aproveitou-se de conceitos weberianos de burocracia, racionalidade formal e legitimação legal. No sistema burocrático, o Estado de Direito era essencialmente formal, sem levar em conta as diferenças entre os indivíduos. Assim, na passagem do sistema burocrático para o gerencial, ocorre uma manifesta superação das compreensões de Weber. (PEREIRA, 1996).

Percebe-se no modelo gerencial, a inserção do Princípio da Eficiência aos serviços públicos, que sem dúvida, concebeu um marco de evolução, pois, representa a disposição da Administração Pública em contribuir com serviços de qualidade à população. O Estado, na busca de cumprir de forma apropriada o seu papel, em especial na prática das políticas públicas, deve privilegiar os interesses dos cidadãos, a partir da promoção da qualidade no nível da gestão e da transparência governamental. Tal esforço induz a construção da cidadania e a solidificação da democracia. (PEREIRA, 1996).

Atualmente com a globalização o mundo vem passando por várias transformações que impulsionam o homem a se tornar mais competitivo. Caso ele não esteja preparado para os desafios, não será capaz de assumir cargos de liderança. Espera-se encontrar pessoas capacitadas para assumir os cargos de gestão, e que sejam profissionais da Administração Pública, pois a partir de sua formação interdisciplinar e conhecimento sistêmico tornam-se agentes capazes de superar obstáculos e modificar a realidade.

Com base nos conhecimentos que auxiliam na vida profissional, tais como o levantamento estruturado de informações econômicas, ambientais e sociais, criou-se uma visão mais abrangente da realidade local, o que permite refletir melhor sobre as interações entre a teoria e a prática dos conteúdos apresentados nas disciplinas do curso.

A partir desses esforços, foi realizada uma pesquisa que contribui para o exercício e o avanço do conhecimento científico da área de formação em Administração Pública por meio da investigação dos processos administrativos da Câmara Municipal de Morada Nova no Ceará.

Buscando conhecer um pouco mais e melhor sobre a estrutura legislativa municipal de Morada Nova - CE, que se configura como assembleia de representantes dos cidadãos nesta urbe, foi proposta uma pesquisa na história dessa Casa do Povo, indo desde os seus primórdios até os dias atuais, focando em sua esfera administrativa, visando apreciar como a câmara municipal está atendendo aos princípios de governança pública, no tocante à transparência da gestão fiscal, mediante o uso de meios eletrônicos, por meio do posicionamento de seu gestor do biênio 2013-2014.

A pesquisa foi feita em uma câmara de vereadores, estudando “Os desafios enfrentados pelo gestor público face às relações políticas, organizacionais e sociais a exemplo da Câmara Municipal de Morada Nova – Ceará” e também se a tão consagrada e comentada transparência da gestão pública com a ampliação dos mecanismos de controle social introduzidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido praticada.

O problema do presente estudo partiu da seguinte questão norteadora: quais os desafios e enfrentamentos encontrados por um gestor, face às relações políticas, organizacionais e sociais para se administrar com qualidade e transparência a coisa pública?

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

- Analisar a administração da câmara municipal de Morada Nova, bem como a transparência nas contas públicas, no biênio 2013-2014

2.2. Objetivos Específicos

- Compreender os desafios e enfrentamentos encontrados pelo gestor público, para gerir os recursos com qualidade, na câmara municipal de Morada Nova.
- Identificar qual a missão, visão e valores que norteiam a instituição pública pesquisada.
- Averiguar se houve a aplicação de mecanismos de controle aos atos realizados pelo gestor público.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 LIDERANÇA NO SETOR PÚBLICO

Liderança é a direção de um grupo de pessoas, modificando-o numa equipe que gera frutos. É a capacidade de motivar, e entusiasmar os liderados, de forma ética e positiva, para que colaborem voluntariamente e com ânimo para a obtenção dos objetivos da organização.

O mundo moderno exige cada vez mais capacidade das pessoas que ocupam papel de liderança, seja ela em que área for. A capacidade de tomar decisões acertadas, tanto técnicas quanto administrativas é um atributo exigido desses líderes. O gestor, em seu papel de líder, deve estar imbuído de princípios e valores que lhe permitam fazer escolhas acertadas de forma a atingir os anseios da coletividade. (CAIDEN e VALDES,1998).

Espera-se que os gestores públicos administrem com responsabilidade, a favor do povo, e não de si próprio ou de grupos fechados e seletos que buscam tirar proveito de tudo. Ele deve ter uma base de caráter e compromisso com a verdade fundamentados em valores como respeito ao próximo, trabalho em grupo, criatividade, disciplina, confiança, poder de liderança, saber ouvir e falar, etc.

Para Caiden e Valdés (1998), o gestor público deve saber cumprir normas e fazer com que os outros funcionários também cumpram garantindo um padrão mínimo de desempenho aceitável, regularidade, igualdade de tratamento, certeza, segurança e credibilidade. Independentemente de sua esfera administrativa (Federal, Estadual ou Municipal), ele deve estar preparado para seguir o que prega a Constituição de 1988, as Leis Orgânicas Estaduais e Municipal, adotando uma postura ética em cumprimento de seus deveres cívicos.

3.2 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Observou-se a Câmara Municipal de Morada Nova no Ceará e o seu gestor, sendo focado o papel do administrador público, seus atributos frente aos problemas sociais e econômicos que o desafiam.

Nesta perspectiva busca-se averiguar os requisitos e variáveis que o gestor considera aplicáveis ao profissionalismo no setor público, tanto para si quanto para seus subalternos.

A câmara é um órgão público legislativo municipal no Brasil. É denominado como câmara municipal, câmara de vereadores, ou câmara legislativa. Sendo órgão legislativo da administração dos municípios, configurando-se como a assembleia de representantes dos cidadãos ali residentes.

Espera-se que os gestores públicos administrem com responsabilidades a favor do povo, e não de si próprio ou de grupinhos fechados e seletos que buscam tirar proveito de tudo. Ele deve ter uma base de caráter e compromisso com a verdade, fundamentados em valores como respeito ao próximo, trabalho em grupo, criatividade, disciplina, confiança, poder de liderança, saber ouvir e falar, etc.

Segundo Klering, et al (2011) modernamente, o poder legislativo, coerente com seu papel institucional na esfera do governo municipal, tem tomado e realizado, em escala crescente, funções gerenciais em nível estratégico, principalmente ações integradas voltadas para o desenvolvimento local e regional. Suplantando posturas tradicionais, o legislativo vem ocupando posição de evidência não somente pela qualificação de sua atuação legislativa e fiscalizadora, mas como instância de envolvimento efetivo da sociedade com a administração pública. Pode-se perceber, então, que não têm, sob o ponto de vista da gestão, funções principais ou acessórias para o legislativo, pois seu desempenho e legitimidade predominam na concretização completa de todas.

Conforme uma perspectiva gerencial é necessário perceber as diferentes funções do poder legislativo implantadas no processo administrativo ou ciclo gerencial: planejamento, organização, direção-coordenação e controle, com especial

evidência para a primeira e a última fase. Enquanto instância, especialmente legisladora e fiscalizadora, o poder legislativo preenche relevante ação no planejamento governamental, notadamente quando analisa e vota as peças legais integrantes do sistema de planejamento integrado da administração pública (Art. 48, inciso II; Art. 165, ambos da Constituição Federal; e Arts. 4º e 5º da Lei Complementar 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, 2000).

Para Meirelles (2008 apud Backer e Sousa 2013, p.5) a Câmara possui as seguintes funções:

- a) Funções Legislativas: a Câmara, no exercício de funções legislativas, compartilha da preparação de leis. Têm os seus parlamentares o direito: de iniciativa de projetos de lei, de oferecer emenda a projetos de lei, de apoiar ou rejeitar projetos, de aprovar ou rejeitar veto do prefeito;
- b) Funções Fiscalizadoras: é da competência da Câmara Municipal fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, Prefeito e Secretários Municipais, compreendidos os atos da administração indireta. A Câmara fiscaliza e julga as contas do prefeito, e desempenha, ainda, função fiscalizadora mediante requerimento de informações sobre a administração, mediante a criação de Comissões de Inquérito para apuração de fato determinado, de acordo com a convocação de autoridades para depor;
- c) Funções Administrativas: a Câmara cumpre função administrativa na organização dos seus serviços como composição da Mesa, constituição das Comissões, estrutura de sua Secretaria;
- d) Funções Judiciárias: a Câmara Municipal pratica função de Poder Judiciário, pois processa e julga: o Prefeito Municipal; os Vereadores. A pena imposta ao Prefeito é a decretação do *impeachment* (perda do mandato) e ao Vereador é também a perda do mandato;
- e) Funções de Assessoramento: a Câmara exerce função de assessoramento, ao votar indicação, sugerindo medidas ao Prefeito, de interesse da administração como, entre outras, construção de escolas, abertura de estradas, limpeza de vias públicas, assistência à saúde.

Conforme Lopez (2004) grande parte dos pleitos que o Vereador recebe tem sua solução intrínseca ao atendimento por parte do Executivo e de suas secretarias. O vereador é permanentemente confrontado com uma escolha, que confere compreensibilidade à dinâmica nas relações entre Executivo e Legislativo:

apoiar o governo e o Prefeito e ter maior probabilidade de eles retribuírem aos seus interesses, ou ser oposição e ter sua capacidade de acolhimento frustrada. Com algumas exceções, a maioria das sessões plenárias é composta por matérias como moções (especialmente moções de aplauso e moções de congratulação), requerimentos e indicações.

As indicações e as moções são os tipos de proposições mais requeridos. Por meio das indicações, os vereadores fazem o encaminhamento formal de suas requisições ao Executivo, justificadas como ações de interesse público. Requerem a colocação de braços de luz em vias públicas, calçamento de ruas, construção de creches, escolas, quadras poliesportivas, instalação de telefones públicos, redutores de velocidade e abrigos de ônibus, entre outras coisas. As indicações feitas em plenário são encaminhadas ao Executivo que, após discussão interna, definirá por atender ou não às solicitações. (LOPEZ, 2004)

Além das indicações, há os requerimentos, que são proposições apresentadas (de maneira escrita ou verbal) pelos vereadores, solicitando informações e ações ao Executivo. A apreciação das indicações mostra que a maioria dos vereadores tem alguns redutos eleitorais, onde se reúnem suas maiores votações. Para esses redutos é feita a maior parte das indicações de cada vereador, o que mostra a importância da representação política em termos espaciais e apresenta-se na assiduidade de moradores daquelas comunidades nos gabinetes dos respectivos vereadores. (LOPEZ, 2004).

Em grande escala, os eleitores passam a ver em algum Vereador o representante do seu bairro, de sua comunidade. Os assessores têm uma função relevante no comportamento político dos vereadores. Eles são incumbidos de redigir as proposições encaminhadas ao Plenário, do acolhimento aos eleitores que vão ao gabinete, da realização de serviços e atendimento aos pedidos nas ruas e de aumentar o número de eleitores do seu Vereador, por meio do acréscimo da sua própria rede de contatos. (LOPEZ, 2004).

Cada vereador confia determinadas funções a seus assessores conforme critérios pessoais. Auxiliar o governo, acatar seus projetos e não enxergar as irregularidades administrativas são pré-condições para a acessibilidade as benfeitorias que estão sob o seu domínio. Essa é a atração que estimula a união ao

governo. O Vereador é hoje um grande assistencialista por causa do próprio sistema que é ineficiente no acolhimento à demanda social. Nesse atendimento aos pleitos sociais [o vereador] carece de ajuda. E aí ele vai parar onde? Geralmente lá, na mão do Poder Executivo, que é quem tem dinheiro, quem pode amparar – com a doação de um terreno, com material de construção, com melhoras em certo bairro. (LOPEZ, 2004).

Na realidade, ressalta-se que há entre os munícipes uma visão desvirtuada quanto ao papel do vereador, confundindo-a com a obrigação destes de prestar favorecimentos particulares. Porém, quando o cidadão pode mudar, acaba votando no mesmo vereador, ou naquele que de certo modo, irá oferecer alguma coisa em troca. De qualquer modo, finaliza-se que a composição da Câmara Municipal é aquela que reflete a vontade do cidadão. No entanto, uns elegem o candidato pela aparência e simpatia, outros porque carecem de um emprego, ou também há aqueles que comercializam o voto. Percebe-se que são poucos os que votam elegendo os candidatos pela sua competência ou pelas melhores sugestões de campanha. Tudo isso acontece pela falta de conhecimento que atinge todas as classes sociais no que concerne à política. (BACKER et al 2013).

3.3 EXCELÊNCIA NA GESTÃO

Sob qualquer forma de estado, a sociedade necessita ser o foco das atenções do governo estabelecido. As políticas públicas, debatidas e elaboradas nos corredores dos parlamentos, às vezes ao largo das avenidas da sociedade, devem ser voltadas para atender às necessidades das várias camadas da população. O bem-estar social deve ser percebido como o centro das questões de governo e isso muitas vezes, gera grandes debates sobre como atender as necessidades da sociedade com os recursos vigentes e que são ditos, recorrentemente, insuficientes (FERNANDES, 2009).

Os governos em geral têm como exclusiva fonte de recursos os impostos arrecadados da sociedade, e esta tem como expectativa a boa aplicação dos impostos pagos, ganhando, em contrapartida, os serviços necessários anunciados. A busca pelo balanceamento dos recursos disponíveis e os serviços demandados

não só é uma necessidade contábil, mas também é uma manifestação do esforço com vistas ao atendimento das prioridades definidas pelo governo.

Nesse esforço as forças podem manifestar-se contrárias ou convergentes. O que se entende é a dificuldade de o governo encontrar uma solução que atenda a todos os interesses da sociedade. Entretanto, esse aparente problema, que pode se mostrar contínuo, traz como seqüela uma indicação para a necessidade de elevar o estado do debate político e das ponderações acerca dos instrumentos adequados e suficientes que consigam costurar os remendos do tecido social e revelar o melhor caminho para a melhoria de vida da população (FERNANDES, 2009).

Conforme Fernandes (2009), o Estado deve, então, apresentar uma máquina estatal capaz de trabalhar para o povo, resguardando o público e trabalhando para este. O aparelho privado, que está no poder, que conduz o aparelho governamental, deve administrar conforme procuração recebida, segundo o contrato social, fazendo do Estado um cúmplice da sociedade. Buscar no movimento da qualidade, que no fundo é um movimento da gestão, aberturas para atender a sociedade é uma opção que o governo tem em mãos, para abastecer as organizações públicas de artifícios apropriados para melhor servir a população. Quem sabe, mais do que uma opção, esta é uma obrigação do aparelho privado que se apropria do governo.

As crescentes precisões da população e maior mobilização social levam o governo a buscar escolhas inteligentes para o emprego dos recursos do tesouro. Nesse sentido, utilizar as modernas tecnologias de gestão, muitas vezes provenientes na iniciativa privada, é um caminho que pode ser pisado, amoldando-se para as particularidades públicas, sobrepondo as questões sociais às genuinamente econômicas.

Uma das mais respeitáveis lições, dos primeiros estudos modernos sobre a função qualidade, prega o entendimento de que uma organização apenas se mostra imperativa se estiver voltada para o acolhimento do consumidor. Não basta, portanto, fazer o melhor que pode, se o melhor não satisfaz à construção de um produto com categoria, sob o ponto de vista do consumidor. Na busca por maior produtividade e por melhor forma de atendimento, intensos debates sobrevieram e novos conceitos se estabeleceram em alicerces para a construção de sistemas e

modelos de gestão que, hoje, seguem as organizações, estimulando-as para melhores níveis de eficiência (FERNANDES, 2009).

No mesmo raciocínio da adoção de princípios da qualidade, pode-se dizer que a máquina estatal, para cumprir bem o papel confiado pela sociedade, necessita fazer bem feito os serviços a ela conferidos. Atender parte da população ou apresentar menos serviço do que o considerado necessário é atendimento mal feito. Colocar a população no cerne da atenção de toda a máquina pública, guiando os órgãos para o atendimento do cidadão, é uma norma clara para a adoção da função qualidade ambiente governamental.

Segundo Klering, et al (2011), além do estudo das despesas, compete refletir também sobre a inovação na qualidade potencial, e em termos de impacto, dos processos e iniciativas realizados pelo município. Qual a capacidade de força de ações governamentais na mudança de realidades? A capacidade de impacto está ligada à uma nova ação governamental, em dada conjuntura, a qual pode ser simplificada (tal como num município de grandes carências), até outra mais intrincada (tal como acontece em municípios mais desenvolvidos e com redes complexas de serviços). De tal modo, uma prática ou ação do governo pode ser bastante simples, mas, ao mesmo tempo, ser bastante inovadora numa situação de grandes carências sociais e administrativas. Um governo pode causar transformações, através de ações inovadoras, em diversas áreas da administração pública.

Ainda observando Klering, et al (2011), estas ações podem se dar em relação:

a) a sua afinidade com o contexto, deliberando estratégias de relação com outros níveis, esferas e órgãos de governo, também com as empresas e a sociedade civil;

b) a sua estrutura, determinando um desenho ou arranjo estrutural lógico e focado para a realização dos objetivos da administração, escolhendo formas de administração que aperfeiçoem o alcance dos objetivos, seja através da administração direta, ou administração indireta, ou via administração descentralizada (como as delegações de serviços públicos e terceirizações), ou mesmo desconcentrações (que constituem estratégias de descentralização da administração direta);

c) aos valores organizacionais norteadores, que no caso de um governo podem ser os mesmos que os principais princípios constitucionais: da legalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência, tendo, ainda, outros, como

fundamento destes: justiça, ética, equidade, tratamento sem qualquer tipo ou forma discriminação; d) à política, definindo uma ajustada repartição do poder na estrutura da organização (no caso, da máquina pública), de maneira a minimizar conflitos, gerar maior grau de transparência interna e externa; fomentar a manifestação e articulação de pessoas e coletivos; e aumentar a emancipação das pessoas; e) à gestão de pessoas, definindo alternativas para aumentar a motivação, melhorar as competências (individuais, grupais e organizacionais) e melhorar a comunicação e os relacionamentos; f) aos controles, definindo estruturas e alternativas para que o alcance dos objetivos organizacionais seja firmemente conferido e revisto, sem que ocorram defeitos ou desvios.

Segundo Pereira (1996), a mudança dos serviços não-exclusivos de Estado em propriedade pública não-estatal e sua declaração como organização social se fará através de um “programa de publicização”, que não deve ser deturpada com o programa de privatização, na medida que as novas instituições guardarão seu caráter público e seu financiamento pelo Estado. O processo de publicização (um sistema de parceria entre a Administração Pública e a sociedade) deverá garantir o caráter público, mas de direito privado da nova entidade, afirmando, assim, uma autonomia administrativa e financeira maior. Para isto será imperativo extinguir as atuais entidades e substituí-las por fundações públicas de que as organizações sociais sejam avaliadas entidades estatais, como aconteceu com as fundações de direito privado instituídas pelo Estado, e assim submetidas a todas as ressalvas da administração estatal.

As novas entidades receberão por cessão precária os bens da entidade extinta. Os atuais servidores da entidade transformar-se-ão em uma categoria em extinção e ficarão à disposição da nova entidade. A dotação da organização social será global; a aquisição de novos empregados será pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho; as compras deverão estar dependentes aos princípios da licitação pública, mas poderão ter regime próprio. O controle dos recursos estatais postos à disposição da organização social será feito através de contrato de gestão, além de estar contido à supervisão do órgão de controle interno e do Tribunal de Contas.

Em conformidade com Claudius D'Artagnan C. Barros (1992, p. 14/15), prospera o subsequente decálogo da qualidade:

Os 10 princípios que se seguem são, no meu entender, os quesitos fundamentais para um bom gerenciamento da qualidade. Princípio 1. O QUE FAZER antecede O COMO FAZER Os princípios, fundamentos e conceitos do o que fazer compreendem a educação para a qualidade; o ensino das habilidades do como fazer caracteriza o treinamento para a qualidade. Princípio 2. MOSTRE O SEU EXEMPLO O instrumento mais eficaz para infundir a educação para a qualidade é o exemplo de cima. Princípio 3. ATENDA PRIMEIRO ÀS NECESSIDADES BÁSICAS O engajamento e a motivação do trabalhador, na busca da qualidade, dependem primordialmente do atendimento à satisfação de suas necessidades básicas. Princípio 4. DESAFIE A CRIATIVIDADE Praticar apenas o trivial ou tolher a inventiva é o caminho mais curto para o fracasso da qualidade. Princípio 5. PROMOVA MUDANÇAS COM SABEDORIA Paradigmas e barreias à qualidade (do tipo sempre foi feito assim para que mudar?) são um sintoma do insucesso e da estagnação empresarial nesta década. Princípio 6. RECONHEÇA E INCENTIVE TALENTOS Esta é uma forma inequívoca de demonstrar qualidade em administrar pessoas. Princípio 7. INFORME O TRABALHADOR É imperativo manter o trabalhador informado, pois sem conhecimento ele não será sensível à qualidade. Princípio 8. DEMONSTRE O COMPROMETIMENTO Comprometer-se com a qualidade demonstra a mais positiva vontade em consegui-la. Princípio 9. FOMENTE A MELHORIA CONTÍNUA Desenvolver o espírito de melhoria sem limite é um desafio promissor para a qualidade competitiva. Princípio 10. MOBILIZE TODOS, SEM EXCEÇÃO O desafio da qualidade total é, fundamentalmente, a mobilização de todos os recursos humanos no processo de sensibilização e capacitação para a busca da Excelência.

3.4 LEGISLAÇÃO PERTINENTE A TRANSPARÊNCIA

A Lei de Acesso à Informação preencheu uma lacuna existente no ordenamento constitucional, permitindo ainda a consolidação do Controle Social aprimorado em convenções internacionais às quais o Brasil se ajustou. É, sem dúvidas, uma forte ferramenta no combate às arbitrariedades e atos danosos à administração pois o Estado fica aberto para o cidadão.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) institui, em regime nacional, padrões a serem seguidos concernentes ao gasto público de cada ente federativo do Brasil. As restrições no orçamento tendem a resguardar a condição fiscal dos entes federativos, conforme seus balanços anuais, com a finalidade de garantir o bem-estar financeiro de estados e municípios, o aproveitamento de recursos nas esferas adequadas e um bom legado administrativo para os futuros gestores. Um dos mais intensos instrumentos de transparência em relação aos gastos públicos.

3.4.1 Lei 12.527 de 2011 (Lei de Acesso a Informação)

A Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, normatizada no poder executivo pelo decreto 7.724 de 16 de maio de 2012, vem na tentativa de confirmar no estado brasileiro a transparência dos atos públicos, bem como o dispositivo previsto na constituição federal no seu art. 5º inciso XXXIII:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Essa lei é um passo importante no fortalecimento da recente democracia brasileira, uma vez que ela muda completamente o foco de sigilo para acesso.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

A LAI apresenta claramente quais os órgãos que estão submetidos a cumprir as suas ordens, não deixando espaço para algumas instituições públicas ou de caráter público de se eximir da responsabilidade de cumprir os seus preceitos.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Art. 2 Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Também conhecida como Lei da Transparência, pois se destina a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, respeitando os princípios básicos da administração pública, como previsto no artigo 3º da lei:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

3.4.2 Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) se apresenta como uma ferramenta para assessorar os governantes a gerenciar os recursos públicos em conformidade com um padrão de regras claras e precisas, aplicadas a todos os gestores de recursos públicos e em todas as esferas governamentais, concernentes à gestão da receita e da despesa públicas, ao endividamento e à gestão do patrimônio público.

A Constituição Federal prioriza os temas relacionados à cidadania quando implanta um conjunto de direitos sociais, civis e políticos, mas ser cidadão ainda implica na existência de deveres. Um aspecto característico e importante da transparência na LRF é a participação popular nas decisões políticas, o que também se pode titular de princípio democrático ou participativo. As audiências públicas são exemplos deste mecanismo, que muito mais do que simples reuniões pra exposição de informações, deve ser o centro de decisões das políticas públicas. O parágrafo único do art. 48 alude a participação popular na elaboração do orçamento público. A lei garante a realização de audiências públicas durante todo o processo de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e orçamentos.

Outra ferramenta de participação da população é referente ao regulamento do art. 9º, §4º que estabelece que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na comissão referida no parágrafo 1º do artigo

166 da Constituição ou equivalentes nas Casas Legislativas estaduais e municipais; ou seja, o Poder Executivo vai até o Legislativo demonstrar e avaliar a execução de metas fiscais de cada um dos quadrimestres. Sobre a participação popular, podemos destacar o orçamento participativo onde as comunidades participam diretamente na destinação dos recursos públicos.

A finalidade do Orçamento Participativo é estimular a mobilização das comunidades, no sentido de ter voz ativa, através da organização de assembleias populares, discutindo com a administração pública suas necessidades, carências e prioridades. Este método pode ser percebido como uma profunda inovação no estabelecimento da programação de trabalho do governo, pois acrescenta o fato de possibilitar a participação da sociedade nas decisões relacionadas ao planejamento das políticas públicas. O Orçamento Participativo parece ter trazido uma enorme inovação na medida em que a participação popular, não é uma participação concedida, imposta, como nas práticas autoritárias. Neste modelo a influência sobre o Estado passa a ser exercida de baixo pra cima, e os privilegiados são os que dispõem a participar, não mais os que tem influência junto a mídia, ou junto aos indivíduos que compõem a própria administração pública. Esta experiência rompe com a visão tradicional da política, em que o cidadão encerra a sua participação política no ato de votar, e os governantes eleitos podem fazer o que bem entenderem. Isto porque o processo do orçamento participativo faz a crítica prática da liberdade puramente protocolar, mediante a qual o cidadão vota e volta para casa.

O principal fito da Lei de Responsabilidade Fiscal é restringir os entes da Federação de gastarem mais do que arrecadam, colocando, para tanto, limites e condições para o endividamento público. São Quatro as linhas que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF se ampara:

Planejamento: avanço nas condições de criação de novas informações, metas, limites e condições para a abdicção e para a geração de despesas, até mesmo com pessoal e de seguridade, para o levantamento de dívidas, para a realização de operações de crédito, e para a concessão de garantias.

Transparência: é efetivada com a divulgação ampla de quatro relatórios de acompanhamento de gestão fiscal. Que consentem identificar receitas e despesas;

Controle: é o aperfeiçoado pela maior transparência e pela qualidade das informações, determinando uma ação fiscalizadora e mais contínua dos Tribunais de Contas;

Responsabilidade: aplicação a ser imposta sempre que ocorrer o não cumprimento das regras, com a interrupção das transferências voluntárias, das garantias e da permissão para a contratação.

O artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal é o primeiro da Seção I - Da Transparência da Gestão Fiscal, dentro do Capítulo IX - Da Transparência, Controle e Fiscalização. O seu caput institui:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

A Lei Complementar nº101/2000, conduziu desde seu primeiro artigo, o conceito de gestão fiscal transparente.

A transparência da gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações.

4 METODOLOGIA

Tendo em vista a abordagem qualitativa da pesquisa e os objetivos deste trabalho foi realizada uma entrevista com o ex-gestor Marcos Alberto Viana Andrade da Câmara Municipal de Morada Nova – Ceará. A partir desta procuramos construir um paralelo entre a realidade observada e as colocações de Caiden e Valdes (1998) que afirmam que o gestor público deve estar preparado para seguir o que prega a Constituição de 1988, as Leis Orgânicas Estadual e Municipal, adotando uma postura ética em cumprimento de seus deveres cívicos.

4.1 TIPO DE PESQUISA

A natureza da pesquisa é denominada exploratória com a utilização de dados secundários e entrevistas não estruturadas. Houve um estudo de caso: Gestão do Vereador Marcos Viana a frente da Câmara Municipal de Morada Nova no biênio 2013 e 2014.

Utilizando a definição de Erskine et al. (1981),

(...) um caso é a descrição de uma situação administrativa recente, comumente envolvendo uma decisão ou um problema. Ele normalmente é escrito sob o ponto de vista daquele que está envolvido com a decisão e permite aos estudantes acompanhar os passos de quem tomou a decisão e analisar o processo, decidindo se o analisaria sob enfoques diferentes ou se enveredaria por outros caminhos no processo de tomada de decisão. (p. 10)

Os dados secundários foram obtidos por meio da catalogação e análises de documentos fornecidos por servidores da instituição, por busca em sites, livros, jornais e revistas.

Algumas informações foram obtidas por meio de conversas abertas com vários funcionários veteranos da casa, as quais foram de muita valia para a construção das perguntas formuladas para a entrevista, assim houve a oportunidade de se observar diretamente a instituição como ambiente de trabalho.

A entrevista foi do tipo não-estruturada. A entrevista não-estruturada — aquela em que é deixado ao entrevistado decidir-se pela forma de construir a resposta (LAVILLE E DIONE, 1999:188-190).

No que diz respeito à conversação, diz Ingedore Koch (1998:29, grifo da autora):

Quando interagimos através da linguagem (quando nos dispomos a jogar o “jogo”), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos: há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não-verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

Com a permissão do entrevistado foi gravada em vídeo, áudio e posteriormente transcrita, o que permitiu formar uma atmosfera descontraída entre pesquisador e entrevistado. Após a transcrição as gravações de áudio e vídeo foram apagadas, a fim de evitar a divulgação do som e imagem do parlamentar.

4.2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Observou-se a Câmara Municipal de Morada Nova no Ceará e o seu gestor, sendo focado o papel do administrador público, seus atributos frente aos problemas sociais e econômicos que o desafiam.

A câmara é um órgão público legislativo municipal no Brasil. É denominado como câmara municipal, câmara de vereadores, ou câmara legislativa. Sendo órgão legislativo da administração dos municípios, configurando-se como a assembleia de representantes dos cidadãos ali residentes.

I- Caracterização do município

Originalmente denominado Vila do Espírito Santo, o Município de Morada Nova foi emancipado do território do então município de São Bernardo das Russas (atual cidade de Russas) em 02 de Agosto de 1876.

Morada Nova está situado a 172 km da capital cearense, através dos trechos da Br-116 e CE-138. Pertence à Mesorregião do Jaguaribe, fazendo parte da 9ª Coordenadoria Regional de Saúde. Tem uma área de 2.779Km², sendo o sexto maior em área territorial no Estado. Limita-se ao Norte com os municípios de Ocara e Beberibe (172 km), ao Sul com Jaguaretama (78 km), ao Leste com Russas (54 km), Limoeiro do Norte (36 km), São João do Jaguaribe e Alto Santo, e a Oeste com Ibicuitinga (36 km), Quixadá (78 Km), Banabuiu e Ibaretama. (SANTOS, 2008).

Atualmente o município está dividido politicamente em oito distritos administrativos que são os seguintes: São João do Aruaru, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Pedras, Roldão, Uiraponga, Lagoa Grande e Sede (FIGURA 1). O mesmo conta com uma população de 61.007 habitantes. (IBGE,2010).

A primeira câmara de vereadores foi instalada no mesmo ano da emancipação do município (1876), mas não há registro de dia e mês. Era composta pelos seguintes membros: Capitão Manoel Antônio Ferreira Nobre – Presidente, Eduardo Girão, José Carneiro de Sousa, João Mateus Regino de Oliveira, João Crisóstomo de Sousa, José Raimundo Evangelista e Antônio Elias Saraiva de Brito. Desta época existem raríssimas informações, não há documentos escritos arquivados, apenas relatos de moradores mais velhos que possuem arquivo pessoal ou memórias sobre a mesma.

II- A localização da Câmara

A Câmara municipal está situada na Av. Manoel Castro, 764, no Centro, com CEP 62.940-000 e Telefax 88- 3422.4346. Tem como extremante a direita o Centro Administrativo Municipal, a esquerda esquina com o prédio da Loja Maçônica, a frente com a Rádio Uirapuru e aos fundos com uma área ainda sem construção.

Sua estrutura física apresenta uma recepção, plenária, 14 salas de vereadores, presidência, sala de imprensa, copa, banheiros, pátio interno e salas de apoio administrativo.

III- Organograma

O organograma da câmara (anexo) é composto dos seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente, Assessores Parlamentares I e II, Diretor geral, Tesoureiro, Assessor Jurídico, Chefe de Gabinete, Secretária Executiva, Secretaria Administrativa, Assessor de Imprensa, Diretor de Cerimonial Ouvidor Geral, Diretor de Recursos Humanos, Diretor de Patrimônio, Chefe dos Serviços Gerais, Agentes Administrativos, Auxiliares de Serviços Gerais, Vigias.

IV- O Administrador

O Vereador Marcos Viana (Marcos Alberto Viana de Andrade) assumiu pela segunda vez o comando da Câmara Municipal de Morada Nova (foi Presidente no biênio 2007/2008). A sua trajetória política teve início em 1976, quando tinha 20 anos de idade, subindo num palanque improvisado para pedir nas eleições municipais daquele ano a oportunidade para que jovens pudessem contribuir para o crescimento do município de Morada Nova. Marcos Viana disputou a sua primeira eleição no ano de 1988(candidato a Vereador) e apoiando o candidato a Prefeito Joaquim Terceiro Chagas (veio a falecer alguns anos depois), na oportunidade não logrando êxito, mas na condição de primeiro suplente, chegou a assumir por alguns meses na Câmara Municipal de Morada Nova.

ANO	CARGO QUE DISPUTOU	RESULTADO DA ELEIÇÃO
1988	VEREADOR	PRIMEIRO SUPLENTE
1992	VEREADOR	ELEITO
1996	VICE PREFEITO	NÃO LOGROU ÊXITO
2000	VEREADOR	ELEITO
2004	VEREADOR	ELEITO
2008	VEREADOR	ELEITO
2012	VEREADOR	ELEITO

Presidiu pela primeira vez a Câmara Municipal no biênio 2007/2008 quando, na oportunidade investiu recursos para a reforma e ampliação do Plenário Vereador

José Leandro da Silva e a construção do Anexo Vereador Raimundo César Rodrigues;

Em primeiro de janeiro de 2013 foi eleito Presidente com os votos de oito dos quinze vereadores (mandato de 1º de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014). (Fonte: Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Morada Nova).

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Considerando a abordagem qualitativa da pesquisa, definiu-se apenas a população como sendo os servidores da Câmara Municipal de Morada Nova no Ceará, já para amostra selecionou-se o seu ex-presidente, ou seja, o administrador da unidade conforme o que preconiza a abordagem qualitativa.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro um roteiro com perguntas a respeito da instituição que foi respondida pelo próprio pesquisador, com base nos documentos analisados e conversas com os demais funcionários da instituição, já o segundo foi um roteiro de perguntas que foi usado como base na entrevista com o administrador público. Em anexo encontra-se ambos os roteiros.

4.5 PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados pessoalmente na instituição, assim como por meio da leitura de material divulgado na internet, nos sites oficiais, tais como IBGE, Portal da Transparência, página da Câmara Municipal e da Prefeitura de Morada Nova – Ce, Scielo, além de outros. E pela entrevista concedida pelo Ex-administrador local, na manhã do dia 23 de Novembro de 2015, na citada instituição.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizou-se uma entrevista com o Vereador Marcos Alberto Viana Andrade, ex-gestor da Câmara Municipal de Morada Nova, na manhã do dia 23 de Novembro de 2015, na citada instituição. A entrevista teve como base um questionário inicial que serviu de roteiro para que os assuntos principais fossem focados. Foi possível destacar quatro categorias de estudo, através dos dados obtidos com a entrevista:

Perfil do gestor

Projetos realizados

Limitações administrativas

Transparência

A organização é composta por seu presidente que é vereador. Há mais quatorze (14) outros vereadores. Existem apenas doze (12) funcionários concursados e trinta (30) temporários, os quais doze (12) são ocupantes de cargos comissionados e dezoito (18) assessores parlamentares que trabalham subordinados aos vereadores. Os demais estão sobre o comando direto do presidente.

Perfil do gestor

Marcos Viana citou que é perito da Polícia Civil e há vinte anos que está na política. Tem nível superior. Sua família já pediu muito pra o mesmo sair da política, pois esta só lhe trouxe prejuízos financeiros. Além do que teve de abrir mão do convívio familiar, para viver uma vida dedicada a servir aos menos favorecidos. Disse que pela segunda vez esteve na câmara, como administrador, a primeira vez foi no período 2007/2008. Quanto à parte física, já estava com quatorze anos que não sofria nenhuma implementação. Relatou que construiu dez gabinetes, tratamento acústico, sala de imprensa. Programa - Câmara e Prefeitura trabalhando juntas com você - que nos dias de domingo levavam médicos, dentistas, advogados, cortes de cabelo para as comunidades, curso de computação para a juventude.

Houve a inovação também no tocante a homenagem às mulheres moradavenses no dia internacional da mulher. No ano de 2013 esta homenagem virou projeto de lei. Também houve a humanização desta repartição. Destacou um concurso público realizado em 2002, e que nunca haviam chamado os participantes, lembrando que quando assumiu em 2007 chamou imediatamente os concursados, evitando que o prazo caducasse.

Projetos realizados

O ex-presidente disse que a Câmara é um órgão legislativo, não sendo papel dela realizar projetos e sim averiguar, fiscalizar e aprovar os projetos da prefeitura. Ressaltou que teve um programa - câmara e prefeitura trabalhando juntas com você - que nos dias de domingo levavam médicos, dentistas, enfermeiros, advogados, cortes de cabelo para as comunidades, e emissão de documentos. Falou que a Câmara em parceria com a Ação Social criou uma ilha digital, no ano 2013, capacitando jovens carentes na computação.

Discorreu que houve licitação para ser comprado um transformador de energia que também beneficiou prefeitura e fórum, lembrando que sempre estava tendo queda de energia na câmara, o que prejudicava muito os eventos. Pontuou sobre a cessão do auditório da câmara, desde que sem fins lucrativos, beneficiando CDL, colégios, instituições filantrópicas, secretarias municipais, órgãos estaduais, sindicato dos trabalhadores rurais, sindicato dos professores, sindicatos dos servidores municipais, assentados ... disse que o plenário era cedido e a câmara dava toda assistência no tocante a energia, água, café e som.

Limitações administrativas

Conforme Marcos Viana "Não ultrapassar gastos de 70 por cento com folha de pessoal e 30 por cento com demais despesas é uma grande limitação. Contas que não obedecem estes parâmetros são desaprovadas automaticamente. Destacou que enfrentou um problema porque aumentou cinquenta mil na folha e apenas aumentou dezoito por cento na arrecadação. A comissão de licitação estava sendo paga nos trinta por cento, a advocacia da Casa, o serviço contábil também, através de licitações. São malabarismos necessários, porque estávamos no limite. Um funcionário que ganha oitocentos reais, custa para câmara novecentos e setenta e

seis reais, com os vinte e dois por cento de patronal. Pagávamos trinta mil de encargos sociais. Um vereador recebe 5.500 reais e custa à câmara 6.710 reais”.

Relatou que todos os administradores de Morada Nova colocam funcionários demais e no fim da administração ficam sem poder pagar décimos terceiros e os últimos salários. Tem que se trazer indústrias e incentivar o povo a ir às indústrias. O povo tem de desacostumar da prefeitura e ir trabalhar na iniciativa privada. Disse que ajudou o prefeito na importante tarefa de conseguir mais uma indústria, que faz o dinheiro circular, aumentando a renda do município e a arrecadação. Ressaltou que procurou ser um bom administrador em 2007 e 2008 e cumpriu seu papel no biênio 2013/2014.

Transparência

Segundo Marcos Viana, a Câmara vem procedendo de forma transparente o acesso aos dados de interesse do cidadão, seja por meio físico, onde existe uma unidade de pronto-atendimento e pessoal qualificado para o esclarecimento de qualquer necessidade, assim como por meio eletrônico. A Instituição vem trabalhando de forma a dar a devida segurança da informação, sobretudo na garantia da disponibilidade, autenticidade e integridade. Isso pode ser confirmado porque existem pessoas que são designadas por meio de Portaria que são responsáveis pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/ESG) e as informações podem ser ratificadas, por exemplo, no “Portal da Transparência.

Discussões

Analisando a gestão da Câmara Municipal de Morada Nova – CE, pode-se afirmar que há: Planejamento, pois o gestor determina antecipadamente os objetivos a serem atingidos e define a forma de alcançá-los; Direção, conduz as atividades rumo ao planejado; Controle, assegura que os resultados se ajustem ao planejado; Avaliação: verifica os benefícios dos resultados obtidos e as falhas, para servirem de base para futuras ações. O gestor passa uma confiabilidade administrativa, uma vez que suas palavras são confirmadas por suas ações, há responsabilidades a favor do povo, e não de si próprio ou de grupinhos fechados e seletos que buscam tirar proveito de tudo. Ele demonstra valores como respeito ao próximo, trabalho em

grupo, criatividade, disciplina, confiança, poder de liderança, saber ouvir e falar, como colocam em seu artigo Caiden e Valdés (1998).

Observou-se que o gestor teve como prioridade, a convocação dos concursados que aguardavam há quatro anos pelo ato de nomeação, salientando traços da Administração Burocrática. Conforme Bresser (1996, p.23):

Instituições burocráticas como a exigência de concurso ou de processo seletivo público, de um sistema universal de remuneração, de carreiras formalmente estruturadas, e de um sistema de treinamento devem ser conservadas e aperfeiçoadas, senão implantadas, visto que até hoje não o foram, apesar de toda a ideologia burocrática que tomou conta de Brasília entre 1985 e 1994. Nestes termos, é preciso e conveniente continuar os esforços no sentido da instalação de uma administração pública burocrática no país.

Foi possível identificar que ele cumpriu seu papel de administrar colocando ordem, motivando e pensando no futuro da instituição. Sabe qual é a missão da instituição que preside e sua função, como deixa transparecer em sua fala: “A Câmara é um órgão legislativo, não é papel dela realizar projetos e sim averiguar, fiscalizar e aprovar os projetos da prefeitura”.

Ao elencar os desafios enfrentados pelo gestor público temos: saber dar resposta negativa a população que busca emprego nesta Casa, pois não pode-se gastar mais que 70 por cento do dinheiro com folha de pagamento; gastar só o necessário e economizar. Por causa da aproximação e em virtude da difícil situação econômica pela qual atravessa a maioria da população, o vereador acaba desempenhando um outro papel: o de assistente social, se tornando desafiador, se livrar desta função assistencialista imposta pelos mais carentes.

Percebeu-se outros enfrentamentos encontrados pelo gestor como: o aumento do número de vereadores no ano de 2013, sem ter acréscimo de repasse financeiro; recepcionar bem o público visitante; queda constante de energia elétrica; falta de respeito de alguns expectadores das sessões abertas ao público que querem tumultuar as mesmas, partindo para agressões verbais.

Descrevendo estes desafios, notou-se que: a população é sedenta por emprego e tenta de toda a forma pressionar por trabalho, e cabe ao gestor saber dizer não e propor uma solução a fim de resolver o problema. Neste caso, o presidente da câmara junto com o prefeito esteve à busca de pelo menos mais duas indústrias para implantar na região, aumentando a oferta de emprego e fortalecendo a economia local por meio da circulação de capital. Como todo dia há um grande fluxo de pessoas na instituição é alto o gasto com água e café, assim como o de papel, pois a população carente necessita de xerox de documentos e receitas, a fim de agilizar seus exames médicos, marcação de consultas e o recebimento de medicação. Devido às várias melhorias de infraestrutura que a câmara passou e a instalação de vários equipamentos elétricos, sua energia não acompanhou a evolução o que ocasionava quedas constantes. O Presidente fez questão de implantar um moderno transformador de energia que veio sanar o problema.

A administração gerencial consiste em descentralizações política e administrativa. O estabelecimento de organogramas com poucos níveis hierárquicos, flexibilidade organizacional, controle de resultados, ao invés de controle, passo-a-passo, de processos administrativos, adoção de confiança limitada, no lugar de desconfiança total, em relação aos funcionários e dirigentes e, por último, uma administração voltada para o atendimento do cidadão e acessível ao controle social. Características observadas na câmara em comento.

A transmissão das sessões ordinárias pela câmara municipal de Morada Nova, em website oficial, é medida legítima que atribui transparência às discussões e votações, assim como, aproxima a população de seus representantes constituídos. É também um meio de controle dos atos públicos pela população, por ser de cunho educativo e informativo, permitindo assim, os critérios da transparência e utilidade pública dos serviços prestados pelos ilustres edis.

Em contrapartida, verificou-se a exposição de dados desatualizados no site do órgão. Outra situação notada comumente é sobre a necessidade de se clicar em vários links até que se descubra as informações procuradas, o que dificulta o acesso às mesmas. Há também ocasiões em que os links disponíveis não funcionam, não dão acesso a elementos e outras em que é disponibilizada a lista dos cargos comissionados, mas sem a especificação de suas funções ou a qual vereador o

servidor está ligado. Em relação aos outros gastos dos vereadores, a câmara não publica todos os gastos por vereador.

Nesse sentido, uma das finalidades desse estudo é recomendar um modelo mais adequado, e que medidas sejam tomadas, seja de forma voluntária ou em decorrência de deliberação normativa, em direção à simplificação do acesso às informações aqui analisadas, que têm a sua publicação como uma necessidade normativa e social.

No tocante aos mecanismos de controle, percebeu-se que o gestor estabeleceu mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliou os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Câmara Municipal.

A ÓTICA DO PESQUISADOR COM RELAÇÃO À CÂMARA ESTUDADA COM BASE NO ROTEIRO DO PESQUISADOR (ANEXO).	
MISSÃO, VISÃO E VALORES	<p>Missão: Legislar, fiscalizar e apresentar serviços públicos, com ética, respeito, eficiência e transparência, de forma integrada, visando à melhoria da qualidade de vida dos mais necessitados do município.</p> <p>Visão: Ser referência em legislação, fiscalização e gestão a nível estadual.</p> <p>Valores: Comprometimento; priorizar à população; respeito; credibilidade; espírito de equipe; ética; foco no povo; honestidade;</p>
ÁREA DE ATUAÇÃO	Em sua área de atuação, a Câmara Municipal propõe, delibera e vota Projetos de Leis, Projetos de Decretos Legislativos, Projetos de Resoluções e demais matérias, também teve um importante trabalho social, quando ofertou cursos para a comunidade e trouxe uma unidade do PROCOM para atender a população.
ENFRENTAMENTOS	A Câmara Municipal não pode gastar mais de 70% de

	sua receita com folha de pagamento; População ver o vereador como assistencialista; Legislação não permite que a câmara execute serviços.
TRANSPARÊNCIA	Buscando maior interatividade, publicidade e transparência nos atos do Poder Legislativo, a Câmara deu um passo importante na divulgação e prestação de contas a população e transmite suas Sessões Ordinárias em vídeo, através da Tv Jaguar. Contrapondo-se, constatou-se que as deficiências encontradas na implantação do portal da transparência, acabam gerando áreas obscuras na informação em um ambiente que deveria ser totalmente transparente.

Tabela elaborada pela autora (2016)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A excelência na gestão é uma obrigação, um compromisso dos governantes, item número um na lista das primazias administrativas, visto que os recursos aproveitados nesses serviços advêm da contribuição de cada cidadão, por meio do pagamento de inúmeros impostos. Obviamente, a sociedade espera a boa aplicação dos impostos arrecadados, e tem a constante expectativa de receber, em compensação, serviços de qualidade que acatem suas reais necessidades. A procura pelo equilíbrio dos recursos disponíveis e os serviços exigidos é uma necessidade contábil e para que as coisas funcionem satisfatoriamente, a modernização da gestão da máquina estatal é uma obrigação que se torna iminente.

Logo, hoje, imprescindivelmente, o país carece de agentes públicos empenhados com a missão das instituições a que pertencem. Este compromisso depende essencialmente de um serviço público apresentado em nível de excelência. Do mesmo modo, não se pode negar que a prestação de serviço é muito facilitada se, em contrapartida, existir um justo sistema de reconhecimento público e de estímulo, como elemento facilitador do desenvolvimento de uma gestão adequada a enfrentar os desafios que lhe são impostos todos os dias.

A Administração Pública tem recebido especial atenção por parte da coletividade, que na maioria das vezes, lhe aponta os aspectos negativos e raramente os positivos. De fato, cada vez mais encara-se a Administração Pública como uma barreira, incapaz de amoldar-se ao contexto em que vivemos atualmente – uma sociedade dinâmica, que se movimenta a um ritmo acelerado, que busca respostas imediatas. É neste contexto que nota-se uma duplicidade de compromissos, complicados de conciliar, entre o que a sociedade nos exige e o que a Administração Pública pode prestar.

Concluiu-se que, maior parte da despesa da instituição estudada é com pessoal (salários de parlamentares, servidores do quadro permanente, servidores contratados livremente, treinamento, capacitação) enquanto uma pequena porção dos recursos é utilizada para a modernização da infraestrutura, informatização e etc. Percebe-se que o administrador sempre esteve destacando a importância da hierarquia na instituição, resquício também da administração burocrática.

Notou-se que o gestor ousou e pôs em prática projetos que não estavam englobados nas atribuições regimentais de uma Casa de Leis e priorizou o processo de publicização (um sistema de parceria entre a Administração Pública e a sociedade), destacando-se assim características da administração gerencial.

Percebeu-se uma falha no tocante a capacitação dos funcionários da câmara municipal, pois o ex-presidente diz que não considera necessário o incentivo à capacitação profissional, visto que cada servidor conhece suas atribuições. Foi notório também o pouco interesse da gestão pela elaboração do plano de cargos e carreiras dos funcionários públicos, tendo em vista que este plano vai trazer melhoramento salarial para os efetivos, diminuindo assim os cargos comissionados.

Observou-se também que alguns funcionários ficam sobrecarregados de trabalho, enquanto outros ficam ociosos, um problema que acontece em todas as repartições públicas do país e que pode ser solucionado com uma divisão justa da quantidade de serviço e com o fim de contratações desnecessárias. Conclui-se que não há como intervir em algumas problematizações, porque estas envolvem o uso de recursos financeiros e os gestores alegam que em tempos de crise, economizar é uma necessidade.

A pesquisa permite concluir que a exposição das informações geradas pela Contabilidade Pública não está apropriada às exigências legais, comprometendo assim a transparência da gestão municipal. Verificou-se um reduzido número de dados, expressando as informações exigidas pelo Art. 48 da LRF, ou seja, foram detectados poucos subsídios através da internet, das prestações de contas, demonstrativos contábeis e informações sobre audiências públicas.

Constata-se que as deficiências encontradas na implantação do portal da transparência, acabam gerando áreas obscuras na informação em um ambiente que deveria ser de total transparência. Uma proposta para trabalhos futuros seria o aprofundamento dessa apreciação, passando por vários portais, o que forneceria possivelmente um estudo mais rico, com muitos dados comparativos. Por último, trabalhos futuros que conseguissem analisar o atendimento à população pelos vereadores, como é feito e quantos atendimentos ocorrem por período e o quais as aspirações do cidadão quando busca uma câmara municipal.

7 REFERÊNCIAS

BACKER, Mariangela; Bastian, Maria; de Souza, Diana. **A percepção dos cidadãos e dos vereadores acerca das atividades legislativas: o caso de Irai RS**. Revista de Administração, v. 11, n. 19, p. 1-18, 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (1996) **"DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA À GERENCIAL"**. Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril 1996. Trabalho apresentado ao seminário sobre Reforma do Estado na América Latina organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Brasília, maio de 1996).

CAIDEN, E. Gerald. VALDES, Daisy de Asper y. **A essência do profissionalismo no serviço público**. Revista de Informação Legislativa. Brasília. Ano 35. n. 138 abr/jun,1998. Câmara dos Deputados - <http://www2.camara.leg.br/>

GOLDENBER, Mirin. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências Sociais**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

ERSKINE, James A.; LEENDERS, Michiel R.; MAUFFETTE-LEENDERS, Louise A. Teaching with cases. Ontario: University of Western Ontario. 1981.

FERNANDES, Djair Roberto. **O modelo de Excelência em Gestão Pública: uma ferramenta do privado para bem administrar o público**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 2009.

KLERING, Luis Roque et al. **Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea**. Análise–Revista de Administração da PUCRS, v. 22, n. 1, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Repensando a língua portuguesa).

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOPEZ, Felix G. **A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama**. Revista de Sociologia e Política, v. 22, p. 153-177, 2004.

PONTES, Dilson. **Morada Nova em Revista**. Morada Nova, 2000.

Portal da Transparência do Governo Federal - <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

Prefeitura de Morada Nova - <http://www.moradanova.ce.gov.br>

SANTOS, L. **Perfil socioeconômico de Morada Nova**. Morada Nova, 2008. Disponível em: <<http://www.moradanova.ce.gov.br/>>

Senado Federal - <http://www.senado.gov.br/>

Supremo Tribunal Federal

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=centralDoCidadaoLinksUteis&pagina=poderLegislativoFederal>

Tribunal de Contas da União - <http://portal2.tcu.gov.br/TCU>

Tribunal de Contas do Estado do Ceará - <http://www.tce.ce.gov.br/>

Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará - <http://www.tcm.ce.gov.br/site/index.php>

Documentos Consultados

Câmara Municipal - Resolução N° 07/1948,

Câmara Municipal - Resolução N° 01/1999

Câmara Municipal - Resolução N° 01/2005

Câmara Municipal - Resolução N° 06/2007

Câmara Municipal - Resolução N° 01/2010

Lei Orgânica do Município de Morada Nova

Regimento Interno da Câmara Municipal de Morada Nova

Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 10 set. 2016

BRASIL. Lei 12.527/2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-. Acesso em 15/10/2016.

ANDRADE, Marcos Alberto Viana. Entrevistador: Inês Helena Alves Maia, Morada Nova, nov. 2015. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo desta monografia].

Barros, Cláudio Dartagnan C. **Sensibilizando para a qualidade**. São Paulo. 1992.

8 ANEXOS

ROTEIRO PARA A PESQUISA – ENTREVISTADO

1- O que você pode falar sobre a história de vida do dirigente da organização?

1.1- Como chegou a ela?

1.2- Por que a dirige?

1.3- Qual é a sua formação profissional, que escolaridade tem?

1.4- Quais são as suas principais dificuldades e motivações para dirigir a organização pesquisada?

2 - Quais são os principais projetos realizados pela organização pesquisada?

2.1- Que impactos estes projetos trazem para a sua área ou pessoas beneficiadas pela organização?

3 - Qual é o âmbito de atuação da organização pesquisada?

4 - Qual é a faixa orçamentária da organização pesquisada?

4.1- Como elas obtêm os seus recursos financeiros?

4.2- Que dificuldades têm para obtê-los?

4.3- Quem e como controla a aplicação de seus recursos?

4.4- A quem presta contas? Com que periodicidade?

5 - Quantas pessoas trabalham na organização?

6 - Para a organização, quais são as principais implicações da sua forma de captar, remunerar e/ou gerenciar as pessoas?

7 - Quais são as áreas que a organização mais necessita para desenvolver suas atividades?

7.1- Como ela se capacita para conhecer/aprofundar os seus conhecimentos/as (nas) áreas que necessita?

8 - No entender de seus dirigentes, quais são as capacitações mais necessárias para a organização?

9 - Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela organização?

10 - A que associações a organização pesquisada aderiu?

10.1- Ela mantém algum tipo de parceria com outras instituições?

10.2- Em caso positivo, com quem? Em caso negativo, por que não?

11 - Como tem sido o nível e a tendência de envolvimento da comunidade com a organização pesquisada?

11.1- Porque acontece?

11.2- O que a organização faz para obter o envolvimento?

12 - Quem geralmente tomava as decisões na organização?

12.1- Como se dá a participação dos integrantes nas decisões da organização?

12.2- Qual é a participação de organismos ou pessoas que não estão no dia-a-dia da organização?

13- Quais são os seus indicadores internos, em relação a regime de trabalho, canais utilizados para comunicação interna, sistema de informação?

14- Na Câmara, há a Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e à sua divulgação?

14.1- Na Câmara há a devida Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade?

ROTEIRO PARA A PESQUISA – PESQUISADOR

1. Razão social, nome pelo qual é conhecida, cidade, bairro, cidade, telefone, responsável para contato.

2. Qual é o histórico da organização pesquisada?

2.1. Por que ela para que ela existe?

2.2. Quais são as suas principais finalidades?

2.3. A quem ela atende?

2.4. O que justifica a sua existência?

2.5. Quais são os principais desafios e dificuldades que enfrenta, por que?

3. Quem a fundou?

3.1. Porque e para que?

3.4. Quais eram as principais motivações do fundador?

3.5. O que o levou a fundar a organização?

3.6. Qual é a história de vida da pessoa que a criou?

4. Qual são as áreas de atuação das organizações pesquisadas?

4.1. O que você, aluno, pesquisou sobre a área de atuação da organização?

4.2. Quais são os principais problemas e desafios enfrentados pela organização pesquisada?

4.3. De onde vêm as principais ameaças?

4.4. De onde vem e quais são as principais oportunidades?

- 4.5. Quais são as principais atividades desenvolvidas pela organização pesquisada?
- 4.6. O que faz a organização pesquisada? Para quem?
- 4.7. Que população é atingida? Em que bairros?
- 4.8. Quais são os reflexos positivos da atuação da organização pesquisada?

5. Qual foi a época da fundação da Organização?

5.1. Qual era o contexto social, político e econômico da época?

5.2. O que mudou desde então?

6. Quais os principais problemas sociais ou econômicos que foram identificados e que tipo de organização busca minimizar os problemas?

6.1. Qual a correlação da organização que pesquisaram com as que buscam minimizar os problemas identificados?

7. Que princípios do serviço público são identificados pelo entrevistado como passíveis de serem cumpridos por ele ou por pessoas da equipe que dirige?

7.2. Explique porque são passíveis e dê exemplos de sua utilização.

7.3. Faça mesmo com os itens que ele considera como difíceis ou impossíveis de serem cumpridos.

7.4. A que conclusões você chega se vendo como um administrador público, estando na mesma situação do entrevistado?

ENTREVISTA COM O EX-PRESIDENTE MARCOS VIANA

1. O que você pode falar sobre a sua história de vida como dirigente desta organização?

“Pela segunda vez estive na câmara, como administrador, a primeira vez foi no período 2007/2008. Quanto à parte física, já estava com quatorze anos que não sofria nenhuma implementação. Fizemos dez gabinetes, tratamento acústico, sala de imprensa. Programa - Câmara e Prefeitura trabalhando juntas com você - que nos dias de domingo levavam médicos, dentistas, advogados, cortes de cabelo para as comunidades, curso de computação para a juventude. Houve a inovação também no tocante a homenagem às mulheres morada-novenses no dia internacional da mulher. No ano de 2013 esta homenagem virou projeto de lei. Também houve a humanização desta repartição. Um concurso público realizado em 2002, e que nunca haviam chamado os participantes. Quando assumi em 2007 chamei imediatamente os concursados, evitando que o prazo caducasse”.

1.1 Como chegou à instituição?

“Pela escolha direta do povo, que me elegeu como vereador mais bem votado em Morada Nova nas eleições de 2012”...

1.2 Por que a dirige?

“Após ter sido reeleito e empossado neste ano pela escolha dos caros colegas vereadores foi denominado presidente”.

1.3 Qual é a sua formação profissional, que escolaridade tem?

“Sou perito da Polícia Civil e há vinte anos que estou na política. Tenho nível superior. Minha família já me pediu muito pra sair da política, pois esta só me trouxe prejuízos financeiros. Além do que tive abrir mão do convívio familiar, para viver uma vida dedicada a servir aos menos favorecidos”.

1.4 Quais são as suas principais dificuldades e motivações para dirigir a câmara municipal de Morada Nova - CE?

“Não tenho maiores pretensões políticas. Já pensei em ser prefeito, mas isto hoje está fora de cogitação. Queria fazer quarenta anos em quatro. Faria uma administração diferente. Todos os administradores de Morada Nova colocam funcionários demais e no fim da administração ficam sem poder pagar décimos terceiros e os últimos salários. Tem que se trazer indústrias e incentivar o povo a ir às indústrias. O povo tem de des acostumar da prefeitura e ir trabalhar na iniciativa privada. Vou ajudar o prefeito na importante tarefa de conseguir mais duas indústrias, que farão o dinheiro circular, aumentarão a renda do município e a arrecadação. Pretendo retornar o projeto ação cidadã no município. Procurei ser um bom administrador em 2007 e 2008 e cumpri meu papel no biênio 2013/2014.

2. Quais são os principais projetos realizados pela Câmara?

“A Câmara é um órgão legislativo, não é papel dela realizar projetos e sim averiguar, fiscalizar e aprovar os projetos da prefeitura. Como já falei antes teve um programa - câmara e prefeitura trabalhando juntas com você - que nos dias de domingo levavam médicos, dentistas, enfermeiros, advogados, cortes de cabelo para as comunidades, e emissão de documentos, que estamos estudando a possibilidade de lançá-lo novamente junto com o Prefeito a ser diplomado. A Câmara em parceria com ação social vai criar uma ilha digital, no ano 2013. Houve licitação para ser comprado um

transformador de energia que também beneficiara prefeitura e fórum. Sempre estava tendo queda de energia na câmara, o que prejudicava muito os eventos”.

2.1 Que impactos estes projetos traziam para a sua área ou pessoas beneficiadas pela organização?

“A vantagem de ajudar o povo, diminuindo a exclusão social e melhorar a assistência em locais, comunidades distantes e mais carentes”.

3 . Qual é o âmbito de atuação da câmara?

“Os vereadores podem elaborar e votar em projetos que tragam benefícios a população. Benefícios como a vinda de uma faculdade ao município, indústrias que gerarão emprego e renda. A câmara não pode distribuir dinheiro à pobreza, a função desta Casa é legislar e fiscalizar”.

4. Qual é a faixa orçamentária da câmara?

“É de 224 mil e 200 reais. Tem que haver limites e economia. Se você só pode gastar 42 por cento com folha de pagamento, então não pode exceder isto”.

4.1 Como ela obtêm os seus recursos financeiros?

“Todo mês o município repassa 224 mil e 200 reais, sete por cento da arrecadação de alguns tributos. Não entra aí dinheiro da educação. Já IPVA, ICMS entra no duodécimo”.

4.2 Que dificuldades se têm para obtê-los?

“Não há dificuldades, esse repasse tem que ocorrer automaticamente, é lei. A dificuldade é de gerir. Gastar só o necessário e economizar. Principais gastos – Almoxarifado, água e café”.

4.3 Quem e como controla a aplicação de seus recursos?

“Neste momento, o Secretário da Mesa Diretora também é chamado, a Tesouraria da Casa assina os cheques com o presidente. Tínhamos o controle contábil. Fazíamos a correção da folha. O Presidente faz determinações com consentimento dos colegas Vereadores. Nada sai sem consentimento do gestor. Quem toma de conta de dinheiro público, tem que prestar conta deste dinheiro”.

4.4 A quem presta contas? Com que periodicidade?

“Perguntam: por que tem este dinheiro todo na câmara? Os adversários políticos começaram a crescer os olhos... minhas contas sempre foram aprovadas. Administrei com mãos de ferro. O Tribunal de Conta dos Municípios (TCM) fiscaliza todo ano. Têm o Sistema de Informações Municipais (SIM) que é alimentado todos os dias com as informações financeiras da câmara”.

4.5 Todo Administrador tem de ser um bom economista?

“Não necessariamente. Ele tem que entender um pouco de economia. Jamais gastar mais que arrecada. Todos acham estranho ter aumentado o número de vereadores e está sobrando dinheiro na Câmara. Tem de se ter estratégias econômicas. Se o prefeito economizar oito por cento da folha, terá no final do mandato mais de nove milhões. Se a câmara economiza oito mil por mês, em um ano terá quase cem mil para fazer um diferencial na gestão. Folha de pagamento varia, há mês que tem férias e tem mês que tem décimo terceiro”.

5. Quantas pessoas trabalhavam na Câmara?

Quinze vereadores, mais os funcionários da administração, onde há doze concursados, doze contratados como cargos comissionados e dezoito assessores parlamentares que também são contratados”.

6. Para a organização, quais são as principais implicações da sua forma de captar, remunerar e/ou gerenciar as pessoas?

“Tenho o costume de dar poderes a algumas pessoas pra não ter trabalho com muitas. Sempre fazia reuniões com funcionários concursados para discutirmos os conflitos internos. Sou parceiro, amigo dos funcionários; porém não tolero mentiras. Se o funcionário precisa faltar, é só conversar; não precisa inventar estórias. Também não aceito um mau atendimento à pobreza. Gosto de observar se o povo está sendo bem atendido com água, café, informação. Fico sempre observando o trato dos funcionários para com o público. Mesmo rigoroso, dou ampla liberdade aos funcionários”.

7. Quais são as áreas que a organização mais necessita para desenvolver suas atividades?

“A câmara se compõe pela parte burocrática, recepção e pessoal da limpeza. Coloquei mais duas recepcionistas para que o atendimento não ficasse a desejar”.

7.1 Como ela se capacita para conhecer/aprofundar os seus conhecimentos/as (nas) áreas que necessita?

“Nós temos os cargos comissionados que a presidência nomeia, aí nós temos as atribuições, cada um sabe qual a sua função, por exemplo: assessor de imprensa, tá aqui o que vai fazer certo, outro aleatório, diretora de recursos humanos: cuidar do pessoal. Tem também os assessores dos parlamentares, né, os vereadores têm seus assessores e ele é que determina o que faz os seus assessores, eu não podia, a presidência nesses casos não pode interferir na ação parlamentar dele e os concursados que nós temos aqui, as pessoas que são agentes administrativos, esses também sabem de suas responsabilidades.

8. No entender de seus dirigentes, quais são as capacitações mais necessárias para a organização?

“Não tem necessidade no momento, todos sabem o que fazer e como fazer qualquer dúvida basta olhar o regimento interno e as atribuições de cada um”.

9. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas pela câmara?

“Não ultrapassar gastos de 70 por cento com folha de pessoal e 30 por cento com demais despesas. Contas que não obedecem estes parâmetros são desaprovadas automaticamente. Teve um problema porque aumentou cinquenta mil na folha e apenas aumentou dezoito por cento na arrecadação. A comissão de licitação estava sendo paga nos trinta por cento, a advocacia da casa, o serviço contábil também, através de licitações. São malabarismos necessários, porque estávamos no limite. Um funcionário que ganha oitocentos reais custa para câmara novecentos e setenta e seis reais, com os vinte e dois por cento de patronal. Pagávamos trinta mil de encargos sociais. Um vereador recebe 5.500 reais e custa à câmara 6.710 reais”.

9.1 Que restrições governamentais enfrentou?

“Diz a constituição que os poderes são independentes e harmônicos entre si. Existe a relação, o executivo manda projetos, o legislativo analisa e vota ou não. Tem os

acordos. Fiquei frustrado porque o projeto dos calçamentos, na minha época, não foi aprovado. Um projeto que beneficiaria em muito Morada Nova, aumentaria a renda do município, valorizaria os imóveis, melhoraria o saneamento”.

9.2 Que limitações administrativas teve em sua atuação e que consequências elas trouxeram?

“Como falei não ter aprovado esse projeto. Já avisei pra os vereadores da situação que se este projeto retornar, com certeza, votarei independentemente de quem seja o prefeito. Sigo a mesma linha de conduta”.

10. A que associações à organização pesquisada aderiu?

“A todas que queriam usar nossos espaços, desde que sem fins lucrativos. CDL, colégios, instituições filantrópicas, secretarias municipais, órgãos estaduais, sindicato dos trabalhadores rurais, sindicato dos professores, sindicatos dos servidores municipais, assentados” ... A gente cedia o plenário, a câmara dava toda assistência no tocante a energia, água, café e som.

11. O que a organização fez para obter o envolvimento com a sociedade?

“Nós recebíamos aqui todas as instituições e cedíamos a câmara com toda a estrutura, café, água para eventos não lucrativos. Por exemplo: escolas faziam eventos na câmara, CDL, então enfim, a câmara aqui de Morada Nova é o único local para se fazer eventos, por isso fiquei preocupado com a questão da energia, precisei resolver em questão de um mês... porque esta parceria ela é não é lucrativa, que já vieram aqui quando eu era presidente, pessoal que queria ministrar curso particular, aí não aceitamos, não tem sentido, vão dizer que a câmara tá cobrando dinheiro”.

12. Quem geralmente tomava às decisões na organização?

“Eu, mas costumava conversar com os caros colegas vereadores e com o pessoal da tesouraria. E a presidência tem todo direito de utilizar todos os meios para que se possa ser respeitado, não tem sentido as pessoas irem à câmara com o intuito de desrespeitar o vereador. Esse é nosso regimento e nossa lei orgânica, prevê isso: pode usar até meio policial se for preciso para manter a ordem. Não queria nem saber, sempre mantive, porque como Presidente não queria a desmoralização da

instituição. Eu gosto de usar o que visa a lei. Já teve de acontecer um caso com o vereador Jeovane, o pessoal lá do DNOCS quiseram invadir pra agredir o rapaz. Vereador é quem pode está falando lá no plenário, e vândalos não podem invadir, esculhambar e bater em vereador.

12.1 Como se deu a participação dos integrantes da instituição nas decisões da organização?

“Os colegas vereadores em plenária fazem uso da palavra e de seu poder de votação. A tesoureira discutia os gastos e assinava os cheques comigo. Cada vereador administra sua sala e determina pautas com seus assessores”.

12.2 Qual é a participação de organismos ou pessoas que não estão no dia-a-dia da organização?

“Frequentando nossa casa, que é a casa do povo, assistindo nossas reuniões todas às sextas feiras pela manhã. Conversando, pedindo, opinando com a gente e demais funcionários da casa”.

13 Quais são os seus indicadores internos que demonstram um trabalho satisfatório da câmara municipal?

Na minha segunda gestão foram expedidos duzentos (200) requerimentos, quinhentos (500) ofícios, foram votados sessenta (60) projetos de leis, cento e cinco (105) decretos legislativos, quinze (15) resoluções, foram realizados duzentos (200) atendimentos no PROCON e trezentos (300) jovens realizaram o curso de computação comunitário.

14 Na Câmara, há a Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e à sua divulgação?

A Câmara vem procedendo de forma transparente o acesso aos dados de interesse do cidadão, seja por meio físico, onde existe uma unidade de pronto-atendimento e pessoal qualificado para o esclarecimento de qualquer necessidade, assim como por meio eletrônico.

14.1 Na Câmara há a devida Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade?

A Câmara vem trabalhando de forma a dar a devida segurança da informação, sobretudo na garantia da disponibilidade, autenticidade e integridade. Isso pode ser confirmado porque existem pessoas que são designadas por meio de Portaria que

são responsáveis pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/ESG) e as informações podem ser ratificadas, por exemplo, no “Portal da Transparência.

Considerações finais do entrevistado

“Adquiri vinte computadores para implementar uma ilha digital na câmara; comprei um transformador de energia que evitou transtornos com as constantes quedas de energia e iniciei construção de um estacionamento na lateral, para vereadores e funcionários. Minha vontade era de dar um aumento salarial bem superior ao dado pela prefeitura, mas por lei temos que acompanhá-la. Também tinha pretensões de criar o plano de cargos, carreiras e salários e se possível construir um auditório em cima da câmara, para eventos, finalizando assim a parte estrutural desta repartição. No entanto me sinto muito satisfeito em ter trazido alguma melhoria para os menos abastados”.

ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

